

PANORAMA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA *STRICTO SENSU* SOBRE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE NO BRASIL

BERNARDINO GALDINO DE SENA NETO
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Resumo:

O estudo sobre os processos em torno da Educação Especial no Brasil tem se mostrado relevante para a compreensão da diversidade de situações que permeia a escola enquanto lugar de inclusão, de democracia e de cidadania. Este artigo tem como objetivo mapear as produções acadêmicas sobre o Atendimento Educacional Especializado - AEE no Brasil, por meio dos Programas de Pós-Graduação *Strictu Sensu*, em específico em programas de doutorado em educação no período de 2015 a 2020. A pesquisa ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2021 no repositório do Portal da Fundação Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a pesquisa, foi utilizado como descritor o termo “atendimento educacional especializado” entre aspas duplas e em seguida aplicados os critérios de exclusão a saber: 1) refinamento da pesquisa pelo ano de publicação - 2015 a 2020; 2) por programas de doutorado em educação; 3) identificação de palavras relacionadas ao tema (AEE) no título das teses. Com base em tais critérios, foram encontradas oitenta e nove teses relacionadas ao AEE concluídas no período em estudo. A maior incidência de trabalhos concentra-se nas regiões Sudeste, com trinta e oito teses, Sul, com vinte e sete teses, e Nordeste, com dezoito teses. Seis teses na região Centro-Oeste e uma tese na região Norte do país. Quanto aos temas de pesquisa, a maior concentração gira em torno da deficiência intelectual, do autismo, da superdotação e da surdez. Também são listados temas ligados às práticas pedagógicas e à formação de professores.

1084

Palavras-chave: atendimento educacional especializado. pós-graduação. produção do conhecimento.

Abstract:

The study of the processes surrounding Special Education in Brazil has been relevant for understanding the diversity of situations that permeate the school as a place of inclusion, democracy and citizenship. This article aims to map the Postgraduate Programs academic productions on Specialized Educational Assistance - AEE in Brazil, specifically in doctoral programs in education in the period from 2015 to 2020. This research took place on October and November 2021 in the repository of the Coordination and Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) Portal. For the research, the term “specialized educational service” was used as a descriptor between double quotation marks and then the exclusion criteria were applied, namely: 1) refinement of the research by the year of publication - 2015 to 2020; 2) by doctoral programs in education; 3) identification of words related to the theme (AEE) in the thesis titles. Based on such criteria, eighty-nine thesis related to the AEE were found in the period under study. The highest incidence of works is concentrated in the Southeast region, with thirty-eight thesis, in the South, with twenty-seven, and in the Northeast, with eighteen thesis. Six thesis in the Central-West region and one thesis in the North region of the country. As for research topics, the greatest concentration revolves around intellectual disability, autism, giftedness and deafness. Topics related to pedagogical practices and teacher training are also listed.

Keywords: specialized educational servisse. postgraduate programs. knowledge production.

Introdução

No Brasil a questão do atendimento específico a pessoa com deficiência percorreu caminhos sinuosos, tendo como premissa o privilégio da escolarização para poucos,

principalmente excluindo as pessoas com algum tipo de deficiência. Silva e Oliveira (2013) apontam que estes em especial eram alijados e impedidos de frequentar e participar dos espaços escolares por serem considerados incapazes de executar qualquer função produtiva na sociedade. “As suas potencialidades e habilidades preservadas não eram estimuladas como também não eram identificadas as suas especificidades como sujeito. Esse contexto caracterizava-se como de Exclusão (Silva; Oliveira, 2013, p.1-2).

Partindo desse cenário a educação para pessoas com deficiência se consubstanciou a partir de variáveis que tendiam mais a exclusão do que a inclusão, a princípio. No Brasil

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência (Brasil, 2008, p. 270).

Nesse sentido a pessoa com deficiência era vista como um indivíduo com características “especiais” o que denotaria a necessidade de atendimentos próprios e em espaço distinto dos indivíduos considerados “normais”. Partindo dessa perspectiva, e ao considerar os aportes legais a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que redimensionaram a compreensão sobre os processos de inclusão na educação algumas medidas foram paulatinamente sendo adotadas a fim de ameniza as discrepâncias no atendimento da população, sendo ela “normal” ou relacionada a pessoa com deficiência de qualquer natureza.

Um dos dispositivos de relevância foi a Resolução 04/2009 com a implantação do Atendimento Educacional Especializado – AEE, como uma função complementar ou suplementar para a formação do aluno por meio da “disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (Brasil, 2009, p. 1); e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei 13.146/2015, por meio do “acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar” (Brasil, 2015, p. 9).

Assim, este artigo tem como objetivo mapear, a partir das produções acadêmicas – especificamente teses – disponibilizadas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, trabalhos que reflitam sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE, e como objetivo específico identificar os temas de estudo analisados.

Esse tipo de trabalho se caracteriza como estado de conhecimento, que segundo Ferreira (2002) e Romanowsky; Ens (2006) se restringe especificamente a uma fonte de pesquisa, neste caso o citado catálogo da CAPES. Tal produção se justifica pelo interesse do pesquisador em visualizar como está a produção científica sobre AEE em âmbito nacional em programas de pós-graduação stricto sensu.

Compreende-se a importância desse tipo de estudo como instrumento capaz de diagnosticar a quantidade de produções sobre o tema, apontando para a difusão do conhecimento em nível nacional, o que pode representar um maior compromisso social e científico com a temática.

Revisão bibliográfica

Historicamente a educação e a escola foram pensadas sob o viés elitista que separava e segregava a escola para os ricos e a escola para os pobres. Nesse sentido não se pode negar as disputas dos projetos societários que permeou a educação durante o século XX, estando a posição hegemônica, segundo Moura (2013) centrada na dimensão econômica com ênfase no fortalecimento da economia e a contra-hegemônica centrada no homem e suas relações com a natureza, na perspectiva da construção justa e igualitária da sociedade.

Neste cenário, pensar a educação que atendesse as particularidades dos alunos em suas características individuais, a exemplo dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação parecia algo distante de ser pensado em termos legais e práticos. É importante compreender como as pessoas com deficiências foram tratadas e compreendidas perante o estado e a lei no decurso do tempo. Inicialmente as pessoas com deficiências passaram por um processo de completa exclusão, seguido de um processo de segregação, depois de integração até se chegar ao aspecto da inclusão como existe atualmente. Segundo Silva e Oliveira, “Esses paradigmas estiveram sustentados em concepções que marcaram a educação voltada à pessoa com deficiência, assim como interferiram no processo de inserção social dessas pessoas que têm Necessidades Educativas Especiais (NEE)” (Silva; Oliveira, 2013, p.1).

Com a evolução da sociedade e das leis que a regem, e tendo como base a Constituição Federal de 1988, que preconizava a democratização das políticas públicas, dentre elas as educacionais, as questões voltadas aos atendimentos educacionais especiais começaram a ser gestacionadas. A partir da década de 1990, no âmbito das reformas neoliberais a educação ganhou destaque com “um vasto conjunto de medidas composta por leis, decretos, resoluções

e pareceres” (Guimarães; Silva, 2010, p. 244), das quais se destacam, a Lei 9.394/96 que define as diretrizes para a educação nacional, e a resolução 4/2009 que trouxe as diretrizes específicas para a Atendimento Educacional Especializado – AEE. A resolução 4/2009 caracteriza o público-alvo do atendimento educacional especializado em três grupo, conforme descrito no Artigo 4

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (Brasil, 2009, p. 2)

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas ao atendimento especial ganharam novos enfoques e novos estudos amparados em diversas ciências como a psicologia, sociologia, saúde pública e educação, alcançando escolas e suas distintas e múltiplas realidades.

O quadro 1 (um) sintetiza os princípios dispositivos legais, a partir da década de 1990, incluindo as diretrizes legais em torno da temática.

Quadro 1: Leis em torno da inclusão no Brasil, a partir de 1990.

ANO	LEI/DIRETRIZ	CONTEÚDO
1990	Lei 8.069	Estatuto da criança e do adolescente. Garante o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, entre outras garantias.
1994	Política Nacional de Educação Especial	Propõe a integração na sala regular para os alunos com deficiências que tenham condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas.
1994	LDB 9.394/96	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Garante. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
2001	Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica	Marco fundamental quanto à atenção à diversidade na educação brasileira.
2008	Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva	Tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
2009	Decreto 6.949	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
2009	Resolução nº 4	Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

2011	Decreto 7.611	Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.
2012	Lei 12.764	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
2014	PNE (2014 – 2014)	Plano Nacional de Educação. Prevê na meta 4 que todas as crianças e os adolescentes com algum tipo de deficiência, transtornos de desenvolvimento, habilidades especiais ou superdotação devem ter acesso à educação básica e ao atendimento especializado — preferencialmente por meio da rede regular de ensino e de um sistema efetivo de educação inclusiva.
2015	Lei 13.146	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
2020	Decreto 10.502	Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Oferece orientações para a implementação da PNEE 2020, tendo como foco atender aos educandos da educação especial, respeitando suas características e peculiaridades, para que seja garantida a possibilidade de desenvolvimento e inclusão social, acadêmica, cultural e profissional.

Fonte: Autoria própria (2021).

A partir da síntese apresentada no quadro 1 (um) percebe-se a importância da construção de aportes legais de subsidiem a prática das ações governamentais em torno de uma temática. Importa perceber ainda o lapso de tempo em torno da criação das primeiras leis em torno da educação inclusiva no país, a exemplo da Política Nacional de Educação Especial criada em 1994 e a Lei 13.146 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), criada somente em 2015, totalizando 21 anos entre ambas, o que remete a dificuldade de implementação prática de políticas no país.

1088

Metodologia

Este artigo se configura como de pesquisa quanti-qualitativa uma vez que teve como primeira etapa uma pesquisa com a finalidade de quantificar o número de teses relacionadas ao tema de estudo, sendo em seguida adotado procedimento qualitativo para a análise do enfoque dado às pesquisas a partir dos temas de estudo adotados.

Segundo Minayo e Sanches (1993) o estudo quanti-qualitativo se caracteriza por uma relação de interdependência onde os aspectos concretos podem ser aprofundados em seus significados mais essenciais, ou seja, “o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa” (Minayo; Sanches, 1993, p. 247).

O aporte teórico-metodológico se fundamenta em autores como Brasil (2009), Guimarães e Silva (2010), Moura (2013) e Silva e Oliveira (2013) para discutir sobre educação e Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado; Morosini; Fernandes (2014), Ferreira (2002) e Romanowsky; Ens (2006) para discutir sobre o estado do conhecimento

enquanto pesquisa científica; Minayo; Sanches (1993) na perspectiva do estudo quanti-qualitativo.

O estudo teórico foi realizado a partir de livros físicos de propriedade do pesquisador, livros virtuais (e-books) e artigos científicos disponíveis em plataformas gratuitas e no Banco de Teses e Dissertação da Fundação Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no mês de outubro e novembro de 2021.

Inicialmente foi feita a busca com o descritor “atendimento educacional especializado” entre aspas duplas. Essa pesquisa de forma ampla identificou a quantidade de 14855 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta e cinco) teses que registravam o termo atendimento educacional especializado.

Como forma de delimitar a pesquisa alguns critérios de exclusão foram utilizados. O primeiro foi refinar a pesquisa pelo ano de publicação (2015 a 2020). O segundo critério refinou por programas de doutorado em educação. O terceiro critério foi identificar palavras relacionadas ao tema (AEE) no título das teses. A justificativa para tais critérios se alinha ao interesse do pesquisador em buscar e comparar as produções realizadas nos últimos 5 anos. Após a aplicação dos filtros mencionados, chegou-se ao total de 89 (oitenta e nove) teses, as quais serviram de base para as análises deste trabalho.

Resultados e discussões

Considerando o interesse em mapear as produções no Brasil em torno da temática AEE, os primeiros resultados foram organizados no gráfico 1 (um), a fim de demonstrar as produções por região do país. Os dados apontam para o seguinte panorama:

Gráfico 1: Número de produções por estado no período de 2015 a 2020.



Fonte: Autoria própria (2021)

O gráfico 1 (um) mostra que as produções de teses no país em torno do tema “atendimento educacional especializado” se mostram na seguinte perspectiva. Na região nordeste existem 18 (dezoito) teses escritas; na região norte 01 (uma) tese; na região centro-oeste 06 (seis) teses; na região sul 27 (vinte e sete) teses e na região sudeste 38 (trinta e oito) teses. Os dados mostram que a região com maior proporção de publicação é a região sudeste enquanto a região com menor produção é a região norte. Este dado pode ser atribuído ao maior número de programas de pós-graduação na região sudeste, dado comprovado por meio da Plataforma Sucupira¹ que registra 36 (trinta e seis) programas de doutorado acadêmico, enquanto na região norte existe apenas 06 (seis).

A partir da análise dos títulos das teses pesquisadas, os temas centrais objetos de estudo do AEE, foram organizados no quadro 2 (dois) do word a fim de mapear os quantitativos por assuntos abordados nas pesquisas, chegando-se aos seguintes dados: deficiência intelectual, transtorno do espectro autista/autismo, surdez, altas habilidades/superdotação, deficiência visual, paralisia cerebral, deficiência múltipla, deficiência física, dentre outros, conforme ilustrado a seguir.

Quadro 2: Temas do AEE a partir das teses pesquisadas.

Deficiência múltipla
1. Política de escolarização de sujeitos com diagnóstico de deficiência múltipla: tensões e desafios - Autora: ISABEL MATOS NUNES
Deficiência física

¹ A plataforma sucupira é um banco de dados que coleta informações, análises e avaliações para padronizar os programas de pós-graduação no Brasil.

1. A inclusão de alunos com deficiência física neuromotora: um estudo no contexto da educação básica no Estado do Paraná - Autora: MARCIA APARECIDA MARUSSI SILVA
Paralisia cerebral
1. Programa de alfabetização para alunos com paralisia cerebral - Autora: WALKIRIA GONCALVES REGANHAN
Patologização
1. Marcas da medicalização na política educacional brasileira: a educação especial como situação emblemática - Autora: KELLY CRISTINA DOS SANTOS SILVA
2. Educação, saúde mental e desenvolvimento subjetivo: da patologização da vida à ética do sujeito - Autor: DANIEL MAGALHAES GOULART
Salas de recursos multifuncionais
1. Salas de Recursos Multifuncionais no Brasil: para que e para quem? Autora: FLAVIA PANSINI
2. O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais nas escolas municipais de Rio Branco/Acre - Autora: ROBERIA VIEIRA BARRETO GOMES
3. Sala de recursos multifuncionais (SRM): uma política pública em ação no sudoeste bahiano - Autora: CHRISTIANE FREITAS LUNA
Altas habilidades/superdotação
1. Identificação, avaliação e atendimento das altas habilidades ou superdotação: uma análise crítica - Autora: PATRICIA GONCALVES
2. Estudantes com altas habilidades/superdotação: uma proposta de intervenção com base em conflitos sociopedagógicos - Autora: BERNADETE DE FATIMA BASTOS VALENTIM
3. A (in)visibilidade dos estudantes alto-habilidosos e a produção do fracasso escolar: faces da escola capitalista e seus impactos na educação brasileira - Autor: LEANDRO DA NOBREGA PINHEIRO
4. Identificação de estudantes precoces com comportamento de superdotação: desafios para a formação de professores em serviço - Autora: ANDREA ALVES DA SILVA SOARES
5. Talentos esportivos no ensino fundamental: (re)pensando as altas habilidades ou superdotação no esporte - Autora: GUACIRA QUIRINO MIRANDA
Gestão e trabalho colaborativo
1. Atuação colaborativa entre professores do atendimento educacional especializado e do ensino regular: a importância da gestão - Autora: SABRINA ALVES DIAS
2. A articulação entre o professor do atendimento educacional especializado (AEE) e o professor do ensino comum: um estudo das perspectivas do trabalho colaborativo em duas escolas municipais de Fortaleza - Autora: MARIA REJANE ARARUNA
3. Proposta de um modelo de gestão participativa: subsídios para o atendimento educacional especializado na educação infantil - Autora: GABRIELY CABESTRE AMORIM
4. “Mas agora o processo será diferente do nosso começo lá atrás”: a proposta colaborativa crítica como possibilidade de transformação de ações e significações para o ensino de Libras - Autor: VIVIANE NUNES SARMENTO
5. Plano educacional individualizado: a colaboração docente como processo, a aprendizagem e a inclusão escolar como propósito - Autora: ALESSANDRA DE FATIMA GIACOMET MELLO
Deficiência visual/cegueira
1. Entre a luta e o direito: políticas públicas de inclusão escolar de pessoas com deficiência visual - Autor: DOUGLAS CHRISTIAN FERRARI DE MELO
2. O uso de tecnologias assistivas para subsidiar atividades no atendimento educacional especializado para alunos cegos ou baixa visão - Autora: JAQUELINE SANTOS VARGAS PLACA
3. O professor de educação especial, sua formação e a inclusão escolar do aluno cego: um estudo de caso - Autora: VANESSA PITA BARREIRA BURGOS
4. Alfabetização e letramento de crianças cegas em diferentes contextos - Autora: KATIA REGINA DA SILVA
5. Ensino de física para estudantes cegos e políticas públicas: barreiras que dificultam a inserção de um recurso didático inédito na escola inclusiva - Autor: ALEXANDRE DE OLIVEIRA MARTINS
6. Entre a leitura tátil e a leitura oral: letramentos de jovens cegos na contemporaneidade - Autora: AMANDA BOTELHO CORBACHO MARTINEZ
Surdez

1. A criança surda na educação infantil: contribuições para pensar a educação bilíngue e o atendimento educacional especializado - Autora: KEILA CARDOSO TEIXEIRA
2. Alfabetização e letramento de alunos com surdez no ensino comum - Autora: ELIANE DE SOUZA RAMOS
3. Educação, surdez e identidades: uma análise sobre perspectivas teóricas e processos de invenção - Autor: CARLOS HENRIQUE RAMOS SOARES
4. Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos: concepções e práticas docentes no município de São Paulo - Autora: GUADALUPE MARCONDES DE MOURA
5. O trabalho pedagógico surdo na escola regular - Autor: LUCAS ROMARIO DA SILVA
6. Educação de alunos surdos: desafios à formação docente e à inclusão na escola pública - Autor: WESLEY SOARES GUEDES DE MORAES
7. Políticas educacionais inclusivas para a população surda: impactos nas práticas e nas trajetórias de vida - Autora: GISELE SOTTA ZILLOTTO

Deficiência intelectual

1. Avaliação de alunos com deficiência intelectual no atendimento educacional especializado do município de Fortaleza-CE: diagnóstico, análise e proposições - Autora: ANA PAULA LIMA BARBOSA
2. Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual na escola regular: possibilidades de intervenção numa perspectiva inclusiva - Autora: ERIKA SOARES DE OLIVEIRA ARAUJO
3. Mediação como estratégia no atendimento educacional especializado a aluno com deficiência intelectual: contribuições da abordagem histórico-cultural - Autor: HILCE AGUIAR MELO
4. Constituição da linguagem escrita de uma criança considerada com deficiência intelectual: contribuições da perspectiva histórico-cultural - Autora: MARCIA REGINA DOS REIS
5. Identificação de necessidades educacionais especiais do estudante com deficiência intelectual: da política à prática - Autora: LUANNA FREITAS JOHNSON
6. Construção e avaliação do impacto de um programa de ensino metatextual para desenvolver a narrativa escrita de estudantes com deficiência intelectual - Autora: ANA PAULA ZABOROSKI OLEINIK
7. Aprendizagem cooperativa no contexto da sala de aula: a análise da evolução psicogenética da língua escrita de aluno com deficiência intelectual - Autora: CAMILA BARRETO SILVA
8. Inclusão e direito à aprendizagem de alunos com deficiência intelectual em escola municipal paulistana - Autora: INGRID ANELISE LOPES

Transtorno do espectro autista/autismo

1. Funções executivas: habilidades matemáticas em crianças com transtorno do espectro autista-TEA - Autora: DIANA MARIA PEREIRA CARDOSO
2. Prática educativa no AEE: os efeitos do manejo comportamental no uso de comunicação alternativa e ampliada para o favorecimento da comunicação em alunos com autismo - Autora: AIDA TERESA DOS SANTOS BRITO
3. Falando com bebês: da detecção de sinais de risco para Autismo à intervenção precoce - Autora: ODILA MARIA FERREIRA DE CARVALHO MANSUR
4. PIP-Com: Práticas Interventivas Precoce de Comunicação para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) - Autora: MARCIA MIRIAN FERREIRA CORREA NETTO
5. Identificação precoce de sinais de risco de autismo: o risco do risco - Autora: ANIE COUTINHO DE OLIVEIRA
6. Cartografias do olhar: devir-aracniano, autismo, Fernand Deligny - Autora: MARCELE CRISTINA TEIXEIRA BARBOSA
7. Inclusão educacional e autismo: um estudo sobre as práticas escolares - Autora: TAIS GUARESCHI
8. Consultoria colaborativa: influências na autoeficácia docente e no processo de inclusão de alunos com transtorno do espectro autista - Autora: RENATA CORCINI CARVALHO CANABARRO
9. A escolarização do aluno com autismo no ensino médio no contexto das políticas de educação especial no estado do Espírito Santo - Autora: FERNANDA DE ARAUJO BINATTI CHIOTE

Políticas públicas, financiamento e avaliação

1. Políticas de educação especial no estado de Alagoas - Autora: MARILZA PAVEZI
2. A educação especial no Brasil: indicadores educacionais de atendimento especializado - Autor: ANDRESSA SANTOS REBELO

3. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na região sul do Brasil - Autora: DORCELY ISABEL BELLANDA GARCIA
4. Financiamento da educação especial no município de Campinas-SP no período entre 2012 e 2017 - Autora: VANESSA DIAS BUENO DE CASTRO
5. As avaliações em larga escala e a construção de políticas públicas para a educação especial no Paraná - Autora: DENISE MARIA DE MATOS
6. A concepção de deficiência na política de educação especial brasileira (1973-2014) - Autora: ROSELI TEREZINHA KUHNEN
7. Política nacional de educação inclusiva: um estudo sobre sua efetivação nas cinco regiões brasileiras - Autora: CRISTINA CEREZUELA
8. Incluir e não apenas integrar análise do programa educação inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE (2003-2019) - Autora: ADRIANA ROCHA FONTES
9. Política de inclusão no ensino superior na modalidade ead nas universidades privadas - Autora: TATIANA DOS SANTOS
10. Políticas públicas de educação especial e a perspectiva inclusiva: o impacto em escolas da rede municipal de ensino de Ponta Grossa – PR - Autora: MELINA DE FATIMA ANDRADE JOSLIN MAROCHI
11. Contradições das políticas de Educação Especial no Brasil (2003-2014) na perspectiva da inclusão - Autora: FABIOLA BOROWSKY

Diversos

1. Educação infantil e atendimento educacional especializado: configurações de serviços educativos no Brasil e na Itália - Autora: MELINA CHASSOT BENINCASA MEIRELLES
2. Educação Especial na Produção Acadêmica do PPGED/UFU: das contradições às proposições - Autora: ANA CLARA GOMES NAZARI
3. “Isto é um jogo”: currículo, tempo e trajetórias escolares de estudantes com deficiência - Autora: CLARISSA HAAS
4. O aluno com síndrome de smith-lemli-opitz no atendimento educacional especializado: um estudo descritivo - Autora: ISRAEL ROCHA DIAS
5. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no segundo segmento do ensino fundamental em um espaço de excelência acadêmica - Autora: MARCIA MARIN VIANNA
6. O Atendimento Educacional Especializado nas Escolas Rurais de Uberlândia - MG: a interface entre Educação Especial e Educação do Campo - Autor: ANDRE VITORINO VIEIRA
7. A prática avaliativa na educação especial: processos de reflexão com o outro - Autora: MARTA ALVES DA CRUZ SOUZA
8. Educação inclusiva e a conscientização em processo: a experiência da rede pública municipal de Uberlândia - M.G (1990-2017) - Autora: ALAURINDA CRISTIANI DE CARVALHO BARROS
9. Processo de escolarização dos alunos público-alvo da educação especial no Brasil e na Itália: um estudo comparado - Autor: KAROLINI GALIMBERTI PATTUZZO BRECIANE
10. Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros - Autora: KATIUSCIA APARECIDA MOREIRA DE OLIVEIRA MENDES
11. A inclusão de pessoas com deficiência e necessidades educativas especiais no ensino regular: vozes e significados - Autora: ELIZABETH REGINA STREISKY DE FARIAS

Formação de professores e Práticas pedagógicas

1. Inclusão, experiências e práticas pedagógicas: o atendimento educacional especializado na educação básica na perspectiva de Vygotsky - Autora: CLEUSA INES ZIESMANN
2. Conhecer o conhecer na formação de professores em educação especial no Brasil: tendências e desafios - Autora: MAYARA COSTA DA SILVA
3. Currículo funcional natural: propondo práticas pedagógicas no atendimento educacional especializado - Autora: CLAUDIA MIHARU TOGASHI
4. Inclusão do estudante com deficiência no ensino superior e a formação continuada do docente universitário - Autora: LISIE MARLENE DA SILVEIRA MELO MARTINS
5. Danças no TNR: movimentos de professores em formação continuada - Autora: MARIA ISABEL SAMPAIO DIAS BAPTISTA
6. Tecnologia assistiva e computacional: contribuições para o atendimento educacional especializado e desafios na formação de professores - Autor: WAGNER KIRMSE CALDAS
7. Experiências de formação docente na educação especial: significações e ressignificações - Autora: VALDIRENE STIEGLER SIMAO

8. “A vida”, “o balão” e “o pássaro”: análise de uma política de formação de leitores na perspectiva inclusiva - Autora: DANIELA CORTE REAL
9. Experiências instituintes na formação de professores de surdos no INES - Autor: MAURICIO ROCHA CRUZ
10. Desenvolvimento profissional e educação especial: narrativas de (trans) formação de professores a partir de experiências inclusivas - Autora: GLAE CORREA MACHADO
11. Professores de sala de recursos multifuncionais: formação em tecnologia assistiva - Autor: FABIO VIEIRA WANDERMUREM
12. Identidades do professor de educação especial no contexto de Maceió-Alagoas - Autora: ELISANGELA LEAL DE OLIVEIRA MERCADO
13. Processos formativos, aprendizagem e desenvolvimento profissional de professores de educação especial: estudo comparado Brasil e Portugal - Autora: CARLINE SANTOS BORGES
14. Práticas pedagógicas de professores de alunos com deficiência intelectual ou múltipla: trocas relacionais e afetivas no núcleo de estudos de formação docente da APAE de Feira de Santana-BA - Autora: SUZANA ALVES NOGUEIRA SOUZA
15. “É possível mudar?”: práticas pedagógicas de professores de sala de aula que atuam na alfabetização de estudantes com deficiência intelectual - Autora: LILIANNE MOREIRA DANTAS
16. A Comunicação Alternativa e Ampliada como intervenção na escola em casos de crianças com mutismo seletivo – Autora: DANIELLE CASTELOES TAVARES DE SOUZA
17. A Subjetividade Social e sua Vivência na Prática Educativa com Alunos Público-Alvo da Educação Especial - Autor: CARLOS EDUARDO GONCALVES LEAL
18. Trabalho docente do atendimento educacional especializado - AEE: uma análise nos municípios de uma região do estado da Bahia - Autor: OSNI OLIVEIRA NOBERTO DA SILVA
19. Narrativas sobre inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em uma escola municipal de educação básica de Cuiabá-MT - Autora: SANDRA PAVOEIRO TAVARES CARVALHO

Fonte: Portal da Fundação Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O quadro 2 (dois) tem a função de demonstrar os trabalhos apontando para a incidência de estudo sobre alguns temas e maior escassez de outros. Figuram como temas menos estudados, neste recorte temporal, a “deficiência física” a “paralisia cerebral” e a “deficiência múltipla” com apenas 01 (uma) tese sobre cada assunto. Em segundo nível aparece o estudo da “patologização” da educação especial como 02 (duas) teses.; Estudos específicos sobre “salas de recursos multifuncionais” aparecem em 03 (três) teses.

O tema “altas habilidades/superdotação” e os temas “gestão e trabalho colaborativo” figuram em 05 (cinco) pesquisas; “Cegueira/baixa visão” em 06 (seis); “Surdez” em 07 (sete); “deficiência intelectual” em 08 (oito) e “Transtorno do espectro autista” em 09 (nove) teses.

Os temas “políticas públicas, financiamento e avaliação” aparecem como objeto de estudo de 11(onze) teses, acompanhada de 11 (onze) outros trabalhos sobre assunto diversos relacionados a AEE como: estudos comparativos entre países, estudos sobre realidades específicas de estados ou municípios, produções acadêmicas, dentre outros. O tema com maior incidência de estudos se relaciona às práticas pedagógicas e a formação de professores totalizando 19 (dezenove) escritas, o que releva um acentuado interesse em discorrer sobre os

elementos formativos que a formação inicial preconiza como também a formação continuada em serviço por meio das práticas pedagógicas utilizadas.

Conclusões

A partir da pesquisa de mapeamento das produções acadêmicas em torno do tema atendimento educacional especializado, conforme objetivo deste artigo, algumas considerações merecem destaques. Em relação as produções por ano, no intervalo analisado, têm-se 07 (sete) teses defendidas em 2015, 23 (vinte e três) teses defendidas em 2016, 13 (treze) teses defendidas em 2017, 18 (dezoito) teses em 2018, 12 (doze) teses em 2019 e 16 (dezesseis) teses em 2020.

Este dado aponta para um significativo aumento nas produções de 2015 a 2016, superando o total de vinte trabalhos. Nos demais anos o total supera dez pesquisas anuais o que representa um intenso movimento em torno das questões da educação inclusiva.

Os dados mostram também um volume significativo de pesquisas nas regiões sul e sudeste em contraponto às pesquisas das regiões centro-oeste e norte que apresentam um número pouco significativa de trabalhos concluídos. Já na região nordeste considera-se um expressivo número de teses finalizadas o que aponta para uma visibilização do tema nas instituições de pesquisa da região.

Quanto aos temas de estudo a pesquisa mostra maior volume para os assuntos relacionados a deficiência intelectual, ao autismo, a superdotação e a surdez. Também é possível inferir que estudos ligados a formação de professores para o atendimento educacional especializado e as práticas pedagógicas aparecem com certa frequência, o que pode indicar uma crescente preocupação dos pesquisadores em educação para vislumbrar e propor reflexões sobre o trabalho docente e sua formação inicial e continuada para a ação a partir da perspectiva da escola inclusiva, democrática e cidadã.

Feitas tais ponderações cabe informar que este artigo pretende servir de subsídio para novas pesquisas por meio do mapeamento aqui já estruturado favorecendo novas análises a partir do conteúdo das teses estudadas como também da metodologia utilizada, dentre tantas outras possibilidades.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, DE 2 de outubro de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em 09/05/2021.

BRASIL. **Súmula:** política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 75, p. 269-273, maio/ago. 2008 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/kZBZJ7QNysJHdsTKjyv7Qkj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2021.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas Denominadas “Estado Da Arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

GUIMARÃES, Maurício; SILVA, Maria Cristina Madeira da. As políticas de educação tecnológica para o Brasil do século XXI: reflexões e considerações do Sinasefe. In: MOLL, Jaqueline. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010, 312 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional no Brasil nos anos 2000: movimentos contraditórios. In: MOURA, Dante Henrique (Org.) **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

MOROSINI; Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barbosa. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

1096

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SILVA, Natali Sala da.; OLIVEIRA, Thereza Cristina Bastos Costa de. **Concepções e paradigmas: da exclusão à inclusão da pessoa com deficiência**. Anais V FIPED... Campina Grande: Realize Editora, 2013. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/3890>. Acesso em: 03/12/2021.

Autor 1:

Bernardino Galdino de Sena Neto



Doutor em Educação pelo IFRN. Docente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia do DCHL. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Práticas Educativas na Educação Escolar e Não-escolar - GEPE.

Email: bernardino.neto@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4998580508591308>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5922-5093>